

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
CONDEPACC

ATA 352

Aos 11 dias do mês outubro de 2007, com início às 10 horas, realiza-se na Estação Cultura – Auditório, a trecentésima quinquagésima primeira reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC, sob a presidência de Daisy Serra Ribeiro e com a presença dos seguintes conselheiros: José Vasconcelos Travassos Sarinho, titular do Gabinete do Prefeito Municipal - Hélio Carlos Jarretta, titular da Secretaria Municipal de Urbanismo - Cláudio Natal Orlandi, titular da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura - Antonio Henrique Felice Anunziata, Fabíola Rodrigues, titular, e primeira suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) - Régis Romano Maciel, titular do Sindicato Rural de Campinas - José Fernando Vernier, titular do Conselho Municipal de Turismo - Marcelo Alexandre Juliano, primeiro suplente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - Jamil Cury Sawaya, titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) - Marino Ziggiatti, titular do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) - Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes – Isabela Clerici de Maria, segunda suplente do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) - Caio Plínio A. Alves de Lima, titular das Entidades Ambientistas - Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa (ACI) - Sílvia Palazzi Zákia, primeira suplente da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura (AREA) - Renata Alves Sunega, titular de Museologia - Justo Videla Juncos, José Alves dos Santos, Rosa Maria Urbano, titular, primeiro e segunda suplente da Sociedade dos Amigos da Cidade de Campinas - Rita Paschoal Homem de Melo, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas (AEAC) - José Alexandre dos Santos Ribeiro, conselheiro emérito. **COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas abre a reunião agradecendo a presença de todos. Comunica que anexo à pauta está o calendário de reuniões para o ano de 2008 que deverá ser aprovado pelos conselheiros e que consta na pauta o processo de tombamento nº. 13/01 – Conjunto de Imóveis do Cambuí, além de ciência de vários protocolados e processos com parecer favorável da CSPC. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas informa que: 1º) em próxima reunião deverá ser feita votação para a eleição de vice-presidente; 2º) está vindo de uma reunião com o Dr. Hélio de Oliveira Santos juntamente com a Secretaria de Assuntos Jurídicos onde foi decidido que até o início do novo ano legislativo em fevereiro de 2008, o Prefeito estará encaminhando à Câmara medidas que regulamentam a Transferência de Potencial Construtivo – constante no Plano Diretor, para que os proprietários de bens tombados possam alavancar recursos para fazerem restauros e conservação desses bens, evitando o que ocorreu na Vila Manoel Freire; onde a CSPC notificou, intimou, conversou, mas a família encaminhou uma correspondência à PMC dizendo que o espólio não comporta recursos para conservar a casa de nº. 27. Existe uma série de documentos da fiscalização (da CSPC), exigindo providências por parte dos proprietários inclusive pelo perigo e risco iminente de perdas de vidas, mas não conseguiu manter a casa em pé. Isso fez com que o Prefeito agilizasse a feitura da Lei ou Decreto que regulamentasse o que consta no Plano Diretor, encaminhando à Câmara para aprovação. O conselheiro Hélio Jarretta explicou que a transferência de Potencial Construtivo operacionalmente ocorre de tal forma que um imóvel tombado num determinado local tem um potencial e o que ele poderia construir nesse espaço será aproveitado em outro local; o proprietário vende esse potencial construtivo usufruindo o valor recebido para manter e conservar o imóvel tombado. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas expôs que os imóveis tombados acabam se

deteriorando porque os proprietários não têm como restaurar. O proprietário de um bem tombado recebe um Certificado que as grandes Construtoras podem comprar, permitindo que os donos dos imóveis recuperem o valor para restaurar esse imóvel. Continuando o presidente coloca que alguns processos de estudo de tombamento estão prontos para serem tombados, sendo necessário que se indiquem os conselheiros relatores. Com a aprovação do Conselho ficou determinado que: 1) o imóvel à Rua Dr. Quirino nº. 1396 – 1404 (conhecido como Giovanetti II) – Processo de Estudo de Tombamento nº. 08/88 – relatora conselheira Renata Sunega; 2) o imóvel à Avenida Dr. Campos Sales nº. 514 – Loja Maçônica Independência – Processo de Estudo de Tombamento nº. 03/95 – relator conselheiro Orlando R. Ferreira; 3) Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas (Avenida Brasil) – Processo de Estudo de Tombamento nº 03/05 – relator conselheiro Marino Ziggatti e 4) Largo do Pará – Processo de Estudo de Tombamento nº. 11/91 – relator conselheiro Marcelo Alexandre Juliano. Na seqüência o presidente entregou aos conselheiros o “Guia de Arborização Urbana de Campinas”. **COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:** O conselheiro Orlando R. Ferreira entregou o relatório completo do Quadrante Solar – “Relógio de Sol”. O conselheiro Caio Plínio A. A. de Lima pergunta sobre a questão de Transferência de Potencial Construtivo. Ao que o presidente explicou que essa Transferência de Potencial Construtivo está vinculado ao novo Plano Diretor já aprovado; sendo necessário apenas sua regulamentação. O Poder Público é que fará a intermediação de negociação entre os proprietários dos bens tombados e os interessados na compra do Potencial Construtivo. O conselheiro José Alexandre dos S. Ribeiro pergunta sobre o Largo do Pará e que não foi apresentado nenhum relatório parcial. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas lembra a todos que na penúltima reunião foi feita uma explanação detalhada pelo conselheiro Antonio Henrique Felice Anunziata – funcionário da CSPC, inclusive com apresentação do relatório da fiscalização; provavelmente na próxima reunião será feita nova apresentação agora com a conclusão da obra. O conselheiro José Alexandre dos S. Ribeiro pergunta se já não existe uma lei a respeito da Transferência do Potencial Construtivo. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas disse que na Lei do CONDEPACC de 1987 – governo do Prefeito Magalhães Teixeira – no art. 31 tem a referência que será facultada aos proprietários a Transferência do Potencial Construtivo, é apenas uma citação. Agora será feita uma regulamentação conforme o desejo do CONDEPACC. O conselheiro Orlando R. Ferreira explicou que está no conselho há 12 anos e nesse período ouviu falar várias vezes sobre a Transferência de Potencial Construtivo, tendo inclusive alguma coisa tramitado na Câmara ou sido encaminhado, pois apesar de constar na legislação do CONDEPACC é necessário ter uma regulamentação através da Câmara Municipal. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas assume o compromisso de convidar a todos os conselheiros para uma comemoração no final do ano com a presença do Sr. Prefeito. Acha emblemático os 20 anos do Conselho e que poderia ser trabalhado no Jurídico para que esse Potencial seja assinado pelo Prefeito até o dia 17/12/07, como uma comemoração aos 20 anos, juntamente com uma confraternização. O conselheiro José Alves dos Santos se sente honrado por participar de uma reunião como esta. Confessa que uma reunião como esta faz com queira sempre participar, pois quando não se tem preservação não se tem história. Espera poder participar sempre. **ORDEM DO DIA: Inversão da Ordem do Dia: b) Calendário de reuniões do CONDEPACC para o ano de 2008 – APROVADO POR UNANIMIDADE. a) Processo nº 013/01 - Conjunto Arquitetônico do Cambuí** – O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas fala da importância do tombamento dos Imóveis do Cambuí e passa a palavra para a conselheira Sílvia Zákia relatora do processo de estudo que passa à apresentação (relatório completo anexo à Ata e ao Processo): “A abertura do Processo de Estudo de Tombamento se deu em 2001 pelo então conselheiro Marcelo Hobeika. O primeiro relatório foi apresentado em 2002 e depois de transcorridos quase 5 anos, houve a necessidade de revisão do relatório original pelo surgimento de novas informações sobre alguns imóveis listados no processo. Os critérios que nortearam os pareceres originais permanecem válidos.

A primeira relatora foi a conselheira Marialice F. Pedroso que elaborou análise inicial para o desenvolvimento do processo e que faz parte integrante do mesmo. O processo em questão é complexo, pois agrupa vinte e nove imóveis que correspondem a diferentes programas de utilização, bem como a diferentes contextos da época. Foi necessária uma divisão pragmática dos bens listados e que foi estabelecida da seguinte maneira: **1) Bens com parecer favorável à preservação:** a) Igreja Nossa Senhora das Dores; b) Centro de Convivência Cultural; c) Hospital Irmãos Penteado; d) Colégio Progresso; e) Residência à Avenida Coronel da Silva Telles nº. 165; f) Residências localizadas na Avenida Júlio de Mesquita (n.ºs. 594, 606, 622, 666, 704, 726, 742, 766); **2) Bens com parecer contrário à preservação:** a) Igreja Divino Salvador; b) Residências sem relevância e/ou descaracterizadas (Avenida Júlio de Mesquita n.ºs. 199, 468, 741, 763, 781, 813, 923/939, 1057, 1074, 1089 – Rua General Osório nº. 1566 e Rua Conceição nº. 664); c) Residências de nº. 797 e 839/853 – pela retirada do imóvel nº 687”. Neste momento o presidente Francisco de Lagos Viana Chagas cumprimenta a arquiteta Sílvia Zákia pelo trabalho e sugere que a votação de tombamento seja feita ponto a ponto. Os conselheiros concordam com a proposta. A conselheira Sílvia Zákia passou então a relatar o estudo item a item, sendo: **1º) Centro de Convivência Cultural** – O projeto foi elaborado pela equipe de arquitetos formada por Fábio Penteado, Alfredo Paesani, Teru Tamaki e Aldo Calvo em 1967. O edifício tornou-se ponto referencial da cidade de Campinas pela sua importância arquitetônica e sócio-cultural. A edificação representa um dos marcos da arquitetura moderna da chamada Escola Paulista. O uso de concreto de forma bruto, sem preocupações formalistas e com um fim social, está presente na obra de Fábio Penteado, e são facilmente identificáveis no Centro de Convivência Cultural, cujo próprio nome já nos dá indícios da preocupação social que o projeto suscita. Preocupação em criar um espaço de teatro que não fosse elitista, que permitisse a fluidez das pessoas, o contato do povo com a arte. Segundo Fábio Penteado, o edifício foi concebido como uma praça rompendo a tradicional estrutura de teatro. O Centro de Convivência Cultural é um exemplar significativo da arquitetura moderna, além de ser um marco cultural importante da cidade. Propõe o tombamento do edifício e da Praça onde está situado (bem como da vegetação e monumentos existentes). O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas falou de uma visita do arquiteto Fábio Penteado ao centro de Convivência com o objetivo de obter dele sugestões para eliminar os problemas existentes. O arquiteto Fábio Penteado explicou que o processo construtivo usado não foi feito da maneira que ele colocou que deveria ser feito. Continuando o presidente disse que é um grande problema herdado pela atual administração, mas de difícil solução, com infiltração de água muito grande. Já pensou inclusive em tendas tensionadas. Diz também da sua preocupação em tombar a vegetação enquanto vegetação. O conselheiro Orlando R. Ferreira explicou que o desenho da praça é de contenção sonora para o Teatro de Arena. Deve-se ter acuidade com o traçado da praça. O conselheiro Sérgio Caponi colocou que Campinas é carente de Teatro – e que o Teatro do Centro de Convivência é bem localizado além de acumular função – é um marco da cidade. O projeto foi aprovado internacionalmente. O problema da construção permitiu infiltração de água que permite que haja oxidação da armadura e conforme oxida aumenta a ferrugem – água infiltrando em concreto é muito sério. A intervenção no local é mais que necessária. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas solicitou oficialmente à Secretaria de Infra-Estrutura que por sua vez solicitou ao IPET para elaborar e apresentar um laudo técnico abalizado. O conselheiro Sérgio Caponi acha que deve ser preservado o uso, pois Campinas não pode perder mais um teatro. O projeto do edifício ganhou prêmio internacional, acha que a tenda tensionada poderia solucionar o problema e que o próprio Fábio Penteado poderia ajudar. O conselheiro Sérgio Caponi sugere tombar a praça e o prédio com um grau mínimo de proteção. O conselheiro Marino Zaggiatti explicou que existem processos modernos para sanar esse problema. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas informou que já foram feitos cinco processos de

impermeabilização e de nada adiantou. O conselheiro Marcelo Alexandre Juliano colocou que há inúmeras soluções que podem se harmonizar com a construção, podendo ser aberto um concurso público com a participação inclusive do próprio Fábio Penteado. O conselheiro José Alexandre dos S. Ribeiro disse que o Centro de Convivência Cultural está muito degradado em suas funções internas, é um teatro polivalente, todos os equipamentos devem funcionar. Existe a necessidade de um diretor que seja da área, que se preocupe para que todos os itens funcionem: refletores, banheiros, camarins, etc. (e elimine os morcegos que passeiam pela platéia). Chama a atenção, mas de forma respeitosa. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas afirma que essa degradação já aconteceu, essa herança está documentada em imagens e fotografias. Já se refez a pintura várias vezes nos camarins, mas a cada chuva precisa ser feita nova pintura. O presidente passa então para a votação do Centro de Convivência Cultural tombando a Praça pelo aspecto histórico preservando o traçado e o prédio, tornar pelo uso e função de Teatro. **APROVADO POR UNANIMIDADE com GP 03.**

2º) Hospital Irmãos Penteado – a conselheira Sílvia Zákia relatou que a construção foi iniciada em 1926 e concluída em 1932. O hospital é um importante documento de nossa história. A edificação situada na Avenida Júlio de Mesquita contribuiu para a consolidação do Bairro Cambuí. Por ser uma edificação hospitalar que demanda com constância de alterações espaciais que visam o melhor aproveitamento do edifício, propõe o Grau de Proteção 2 que possibilita uma certa flexibilidade para futuras intervenções, tendo por área envoltória o Jardim em seu entorno até o encontro com a Capela Nossa Senhora da Boa Morte e a Santa Casa. A coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro explicou que já existem diretrizes estipuladas direcionadas a hospitais. O presidente sugere que conste na Resolução de Tombamento as Diretrizes para Hospitais e passa então à votação do Hospital Irmãos Penteado. **APROVADO POR UNANIMIDADE com GP 02.**

3º) Colégio Progresso – a conselheira Sílvia Zákia explicou que o Colégio foi construído em 1916 por Henrique Fortini, obedecendo a uma tipologia escolar própria da 1ª República, onde a edificação se desenvolve a partir de um pátio interno formando um U. A construção do Colégio marca o início da ocupação da Avenida Júlio de Mesquita. Sugere como área envoltória somente o lote onde está inserido. A coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro falou que na resolução pode-se colocar as especificidades das áreas educativas. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas coloca em votação o tombamento do Colégio Progresso. **APROVADO POR UNANIMIDADE com GP 02.**

4º) Imóvel à Avenida Coronel da Silva Telles nº 165 – a conselheira Sílvia Zákia colocou que a residência foi projetada pelo engenheiro-arquiteto Mário de Camargo Penteado e a obra concluída em 1934. Trata-se de uma das primeiras manifestações da arquitetura modernista em Campinas. Mário Penteado descende da aristocracia cafeeira de Campinas, atuou profissionalmente para a elite burguesa (formada por industriais, comerciantes e profissionais liberais bem sucedidos) projetando e construindo basicamente residências no Bairro Cambuí (loteamento eleito pela elite nas décadas de 30 e 40) e depois no Bairro Nova Campinas (cuja consolidação se dá entre as décadas de 50 e 60). A casa projetada por Mário Penteado ficou aberta ao público durante três dias e teve grande repercussão local. Mário Penteado teve também o mesmo cuidado de manter uma coerência entre construção, mobiliário, paisagismo e até mesmo em relação ao desenho do passeio da calçada que formavam um conjunto coerente e moderno. A clientela de Mário Penteado era constituída basicamente pela elite com preferência pelo neocolonial, que acabou aceitando essas imposições do mercado de trabalho não sem um certo desapontamento. A edificação sofreu algumas modificações anteriores à abertura do processo: pintura externa, retirada do gradil frontal e eliminação do jardim. Após a abertura do estudo de tombamento, o imóvel sofreu intervenções físicas que o descaracterizam, especificamente a construção de um pórtico no que seria o jardim e que prejudica a integridade do bem. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas questiona se não é possível que se exija a reposição do que foi descaracterizado. O conselheiro Sérgio Caponi coloca que a alteração é um crime e pode-se intimar exigindo a reconstituição original. Cumprimenta a relatora não só pelo

estudo apresentado como por sua escolha desse imóvel para sua tese. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas faz o encaminhamento para votação com aprovação do tombamento com grau máximo de proteção e que seja determinado ao proprietário que se retorne as intervenções que não poderiam ter sido executadas durante o período em que o prédio já estava em estudo de tombamento (que serão especificadas pela CSPC). Que se faça notificação de tombamento juntamente com a notificação de recuperação do bem com prazo de 6 (seis) meses para o cumprimento da mesma. **APROVADO POR UNANIMIDADE com GP 01 e que se faça notificação de tombamento juntamente com a notificação de recuperação do bem com prazo de 6 meses para o cumprimento da mesma.** O conselheiro Marcelo Juliano solicita que seja feita uma notificação e encaminhada para a multinacional Subway que está locando o imóvel. **5º) Igreja Nossa Senhora das Dores** – a conselheira Sílvia Zákia explicou que a Igreja Nossa Senhora das Dores foi construída na década de 30 e corresponde ao mesmo momento de consolidação do Bairro Cambuí como “lócus” da elite. É também um exemplar da arquitetura neocolonial assim como a maioria das residências da Avenida Júlio de Mesquita. Com projeto do engenheiro Hoche Neger Segurado (responsável também por projetos de muitas das residências do mesmo bairro), teve sua construção iniciada em 1937 e finalizada somente em 1947. Em 1949, a Igreja foi reformada e a sacristia ampliada. Estas obras ficaram a cargo do engenheiro Waldemar Strazzacappa. Em 1951, a construção entra em sua fase final de acabamento com a colocação do relógio da torre, término do altar-mor e colocação do piso em mármore nacional. Os vitrais foram desenvolvidos pela Casa Conrado Sorgenicht de São Paulo e foram restaurados recentemente pelo especialista Luiz Carlos de Carvalho entre 1999 e 2000. Coloca ainda que, os templos religiosos geralmente são pontos de referência na paisagem urbana e apresentam caráter monumental. Os sítios escolhidos para sua implantação são privilegiados quer pela facilidade de acesso, quer pelo maior grau de visibilidade. Seguindo essa lógica, a Igreja Nossa Senhora das Dores é uma referência do bairro e mantém com seu entorno imediato uma relação de domínio da paisagem. A conselheira Sílvia Zákia informa também que a Igreja está com problemas estruturais e há necessidade de um laudo para verificar o que está propiciando esse problema. O conselheiro Hélio Jarretta explicou que através da SEMURB foi detectado que a fundação da Igreja é muito rasa acarretando um aumento do problema pelo tráfego pesado que passa em frente à Igreja, propiciando abalos na estrutura. A intenção é que após estudos, sejam feitas intervenções com alterações viárias para proteger não só a Igreja, mas também as obras de arte que existem no prédio. A coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro falou que o grau de proteção deverá ter como objetivo também a proteção dos afrescos. A conselheira Rita Paschoal Homem de Melo fala sobre o espaço que fica atrás da Igreja que está fechado e que deveria ficar aberto. O conselheiro Hélio Jarretta disse que a intervenção é global, inclusive com a forma de estacionamento nas duas ruas laterais. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas faz o encaminhamento para a votação de tombamento. **APROVADO POR UNANIMIDADE com GP 01, tendo como área envoltória o perímetro da Igreja nas laterais – a praça onde a mesma está implantada e com cerca de 50 m a partir do alinhamento do quarteirão fronteiro.** O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas sugere que a reunião seja encerrada e convocada uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, dia 13 de novembro de 2007 para continuidade de exame da proposta de tombamento dos Imóveis do Cambuí. **APROVADA A SUGESTÃO DO SR. PRESIDENTE FICANDO CONVOCADA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O PRÓXIMO DIA 13 DE NOVEMBRO PARA CONTINUIDADE DE EXAME DA PROPOSTA DE TOMBAMENTO DOS IMÓVEIS DO CAMBUÍ. CIÊNCIA DO CONDEPACC: 01 – Protocolado nº. 07/10/47317 PG.** Interessado: Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. Assunto: solicitação para abertura de processo de estudo de tombamento de 04 (quatro) imóveis sítios à: 01) imóvel à rua Barão de Jaguará, 548 (uso comercial); 02) imóvel à rua Barão de Jaguará, 576 (uso residencial); 03) imóvel à rua Francisco Glicério, 601 (uso comercial);

04) imóvel à rua Duque de Caxias, 385 (uso comercial). **O Conselho tomou ciência que protocolado de solicitação de abertura de processo de estudo de tombamento será encaminhado para SEMURB, SEPLAMA E SMAJ para apreciação conforme o Decreto nº. 15.471/06. / 02 - Protocolado nº. 07/10/41617 PG.** Interessado: Antonio Henrique Felice Anunziata. Assunto: solicitação para abertura de estudo de tombamento do Conjunto de Tração Elétrica da antiga Companhia Paulista de Estrada de Ferro. **O Conselho tomou ciência que protocolado de solicitação de abertura de processo de estudo de tombamento será encaminhado para SEMURB, SEPLAMA E SMAJ para apreciação conforme o Decreto nº. 15.471/06. / 03 - Protocolado nº. 07/10/50917 PG.** Interessado: Laci de Carvalho Alvite. Assunto: solicitação para abertura de estudo de tombamento do Painel Mural “O Balé das Águas” que mede 2,20m x 2,60m (h) e 8,00m x 2,60m (h), datado de 1971 – existente no vestíbulo da sede da ETA 3 e 4 da SANASA - situada na av. Heitor Penteado, Km 7 – de autoria da artista plástica Fúlvia Gonçalves, professora de Artes da UNICAMP. **O Conselho tomou ciência que protocolado de solicitação de abertura de processo de estudo de tombamento será encaminhado para SEMURB, SEPLAMA E SMAJ para apreciação conforme o Decreto nº. 15.471/06. / 04 - Protocolado nº 05/10/64998 PG.** Interessado: Wania Bertinato e Bruno Veauvy. Assunto: solicitação de abertura de estudo de tombamento do “Conjunto Conceição” referente aos edifícios formados pelos números 33, 41, 49, 53, 57 e 63 na rua Conceição e pelos números 1073, 1077 e 1081 da rua Barão de Jaguará. A pedido da coordenadora da CSPC a solicitação de abertura de estudo de tombamento do “Conjunto Conceição” ficará para próxima reunião. / **05 - Protocolado nº 04/10/54918 PG.** Interessado: Marcos Alfeu Beccara. Assunto: referente às intervenções para restauração da Capela da Fazenda Santa Rita do Mato Dentro - bem tombado conforme a resolução nº. 51/04 - “Traçado da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro – Maria Fumaça”. **APROVADO conforme parecer favorável da CSPC referente às intervenções para restauração da Capela da Fazenda Mato Dentro. / 06 - Processo de Tombamento nº. 001/92 - Proposta de regulamentação da área envoltória da Capela da Hípica** - resolução nº 49/04 – área envoltória “non aedificandi” delimitada pela Praça 5 - Bairro das Palmeiras (onde a Capela se situa) conforme mapa anexo – publicado no Diário Oficial do Município em 19, 20 e 21 de maio de 2004. **APROVADO conforme parecer favorável da CSPC sobre a regulamentação da área envoltória da Capela da Hípica. / 07 - Ofício GR 379/2006.** Interessado: Profº José Tadeu Jorge. Assunto: Solenidade de assinatura de convênio entre UNICAMP e a Empresa Campinas Decor. **O Conselho tomou ciência do convênio assinado entre a UNICAMP e a Empresa Campinas Decor. / 08 – Protocolado nº 07/10/50688 PG.** Interessado: Daisy Serra Ribeiro. Assunto: relatório da fiscalização sobre a construção localizada à rua Alferes Raimundo – qt. 1290 – Vila Industrial – imóvel tombado conforme processo nº 003/90. **O Conselho tomou ciência do Relatório da Fiscalização da CSPC. / 09 - Relatório fiscal nº 396/07 do Bosque dos Jequitibás.** **O Conselho tomou ciência do Relatório da Fiscalização da CSPC. / 10 - Relatório fiscal do Cemitério da Saudade.** **O Conselho tomou ciência do Relatório da Fiscalização da CSPC. / 11 - Ofício nº 0138//2007 - Relatório fiscal do Largo do Pará.** **O Conselho tomou ciência do Relatório da Fiscalização da CSPC. / 12 - Ofício nº NPDJB 081/2007.** Interessado: Renato Ferraz de Arruda Veiga. Assunto: solicitação para corte e remoção das árvores mortas Guapuruvus, situadas nas bordas da Mata Santa Elisa. **O Conselho decidiu pelo parecer favorável da CSPC sobre o corte e remoção das árvores mortas Guapuruvus. / 13 - Protocolo nº 07/10/23625 PG.** Interessado: Orlando Melo de Castro. Assunto: solicitação de vistoria no bosque e edifícios tombados do IAC. **O Conselho decidiu formar uma comissão para vistoriar o bem em questão com os seguintes funcionários da CSPC: Daisy Serra Ribeiro, Rita de Cássia Francisco, Augusto Ottoni e Joaquim Arruda. / 14 - Protocolado nº 07/10/35801 PG.** Interessado: Mauro Fernando Vanti Macedo. Assunto: solicitação para aprovação de projeto de regularização de ampliação comercial à av. José de Sousa

Campos, 625 – lote 02 – qt. 611 – área envoltória de bem em estudo de tombamento - conforme processo nº 03/04 – Bairro Nova Campinas. **DEFERIDO** por atender ao gabarito de altura menor que dez metros e manter área permeável existente. / **15 - Protocolo nº 07/10/47408 PG.** Interessado: Álvaro Bacelo Ragghianti. Assunto: solicitação de regularização comercial à rua 13 de Maio nº. 609, esquina com rua José Paulino, 1003 e 1023 - em área do Inventário Central da Cidade. **DEFERIDO** por se tratar de regularização de área (463,90 m²) no sexto andar do edifício. / **16 - Protocolo nº 07/10/41460 PG.** Interessado: Roberto Carlos Campidelli. Assunto: solicitação para nova construção em área em estudo de tombamento - Bairro Nova Campinas - processo nº 03/04. **DEFERIDO**, pois o projeto respeita gabarito de altura menor que dez metros devendo manter a área permeável de 40,83%. Nada mais havendo, o Presidente agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 08 de novembro de 2007.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
COORDENADORIA SETORIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
CONDEPACC**

RETIFICAÇÃO DE ATA

Conforme ATA 352 publicada em D.O.M. no dia 20/12/2007

ONDE SE LÊ: “Aos 11 dias do mês outubro de 2007, com início às 10 horas, realiza-se na Estação Cultura – Auditório, a trecentésima quinquagésima primeira reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC...”

LEIA-SE: “Aos 08 dias do mês novembro de 2007, com início às 10 horas, realiza-se na Estação Cultura – Auditório, a trecentésima quinquagésima primeira reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC...”

Campinas, 18 de fevereiro de 2008.

Francisco de Lagos Viana Chagas
Secretário Municipal de Cultura
Presidente do CONDEPACC